

INFLUÊNCIA ITALIANA NA ARQUITETURA DE BELO HORIZONTE: Um patrimônio ameaçado

Marcel de Almeida Freitas

Introdução

Minas Gerais foi um dos estados que mais recebeu imigrantes italianos no Brasil, numericamente fica atrás apenas do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Apesar disso, a mídia, as campanhas turísticas e os órgãos ligados à cultura em geral não “enxergam” a importância dessa etnia na formação do povo mineiro, atendo-se, de forma reducionista, às contribuições de portugueses e negros, vez ou outra o elemento indígena também é mencionado, isto é, nas Minas “oficiais”, institucionais, o que aparece é o século XVIII, a Minas colonial.

Diante disso, o intento deste texto é mostrar, a partir de um sucinto estudo de caso, como a memória construída italiana em Belo Horizonte vem sendo apagada sistematicamente, não propositalmente como aconteceu com a memória africana em Buenos Aires, por exemplo, ou judaica na Alemanha nos tempos do Nazismo, mas de forma até mesmo inconsciente, posto que, como disse, mídia, turismo, entretenimento e órgãos de gestão e preservação cultural, só nos apresentam a Minas colonial-barroca e, secundariamente, a Minas modernista de JK.

Sendo assim, esse argumento poderia ser evidenciado fazendo-se um levantamento nos livros, cadernos e revistas de culinária mineira, nos fôlderes turísticos, nas tradições, danças e folguedos que são transmitidos pela grande mídia: esse é o enfoque deste artigo, ou seja, a partir de um levantamento da arquitetura considerada “importante” pelos órgãos de proteção e gestão do patrimônio construído em Belo Horizonte, o que se argumenta aqui é que a arquitetura italiana de Belo Horizonte vem desaparecendo paulatinamente pela conjunção dos seguintes fatores:

Em geral, os construtores, capomastros, arquitetos, decoradores italianos construíram obras ecléticas, o que até bem pouco tempo atrás era visto com “desdém” (ainda que fosse dissimulado ou inconsciente) pelo campo artístico e arquitetônico brasileiro. É inegável que o colonial (será que houve mesmo barroco no Brasil?) e o modernismo são os filhos diletos das escolas de arquitetura do Brasil.

Muitos italianos que aqui chegados edificavam suas próprias casas ou de outros “comuns” não eram ricos, poderosos, ou seja, não eram da elite. Assim, muitas dessas edificações eram uma arquitetura anônima, “desimportante”, pelo fato de ter sido feita por um zé-ninguém para o João-vintém. Esses preconceitos se manifestam inconscientemente e as demolições em massa de vilas e sobrados que a cidade de São Paulo vive em bairros como Tatuapé ou Lapa para a construção de arranha-céus, para citar um exemplo fora de Minas, mostram esse descuido/descaso para com a arquitetura civil “dos pobres”.

Por fim, muitos desses “pedreiros” talentosos não tinham formação acadêmica, como diria Foucault, nenhuma instituição credenciada em seu país de origem os regulamentou como arquitetos, escultores, artesãos, portanto, seus talentos não eram reconhecidos na área. Assim, muitas edificações, algumas tombadas, nas grandes metrópoles brasileiras, não apresentam registro do elaborador/construtor da obra, já que o criador não era arrolado, pois não se “concebia” que um “não-construtor” pudesse construir, ou que um “não-escultor” pudesse esculpir. Isso se deu até mesmo em capitais do norte/nordeste do Brasil: Belém, Recife, etc. Quando se busca informação sobre quem concebeu o projeto nada se sabe, pois até no passado alguém que não fosse arquiteto não poderia “responder/assinar” por um projeto arquitetônico.

Em resumo, o propósito deste trabalho é apontar, a partir de uma importante figura dos primeiros anos de Belo Horizonte, o “artista” (arquiteto, escultor, pintor, etc.) Luiz Olivieri, como as obras da arquitetura civil de origem italiana estão progressivamente desaparecendo da história e da memória da Capital.

Breve Histórico da Imigração em Minas Gerais

A imigração estrangeira para o Estado de Minas Gerais faz parte do contexto geral de imigração para o Brasil, que aconteceu entre o final do século XIX e início do século XX. Nesse processo, milhares de indivíduos de diferentes etnias, “raças” e culturas integraram o já complexo conjunto cultural brasileiro, formado majoritariamente por negros, europeus de origem lusitana sobretudo, mas não exclusivamente, e indígenas e seus descendentes. Como todo reducionismo é equivocado, não podemos dizer que italianos, alemães, espanhóis – só para citar as maiores cifras imigratórias a partir de 1880 – não viviam no Brasil antes dessa época.

Indivíduos isolados, “aventureiros”, mulheres de “reputação duvidosa”, profissionais liberais – dentistas, professores, artistas – vieram para estas terras desde 1500, para não dizer de 1550, posto que já na caravana de Pedro Álvares Cabral havia alguns europeus não-portugueses e mesmo árabes do norte da África. Entretanto, não foram números significativos e, sistematicamente, eram “etiquetados”, quer pelos negros escravos ou pelos nativos, como colonizadores em geral.

Sendo assim, a imigração que realmente imprimiu transformações na sociedade brasileira, que se distinguiu das massas de portugueses e descendentes que viviam aqui, se concentrou nas regiões Sul e Sudeste e, em escala menor, nas capitais do Norte e Nordeste, visto que não podemos esquecer que nesse mesmo período as cidades de Manaus e Belém viviam o fervor da borracha, certamente atraindo diversos estrangeiros para aquelas paragens. Estudo interessante (PAIVA, 2001) evidencia a importante influência que os italianos exerceram na arquitetura de Belém introduzindo, além de novos materiais, o Palladianismo, um estilo bem específico do Maneirismo Italiano, que exige grande habilidade e conhecimento por parte da mão de obra especializada.

Os fenômenos sócio-econômico-políticos que criaram a demanda pela mão de obra estrangeira foram a Abolição da Escravatura em pleno crescimento da lavoura de café e os primórdios da industrialização do país, a princípio no Rio de Janeiro e, posteriormente e mais intensamente, em São Paulo. Nesse ponto, outro estereótipo acerca da formação da complexa cultura nacional merece ser desconstruído: quando se fala em imigração italiana para grandes metrópoles o que se exhibe, especialmente pela mídia, é a cidade de São Paulo e oblitera-se o fato de que a imigração italiana no Rio de Janeiro foi significativa, sendo que tal cidade possuiu também uma Hospedaria de Imigrantes e sua *Società Operaia Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso* está de pé até hoje, na Praça da República, estando tombada pelo patrimônio histórico municipal.

Além dos aspectos econômicos e políticos, havia um motivo menos nobre a incentivar a imigração para o Brasil, uma questão simbólica mesquinha vinculada às ideias evolucionistas em voga nas correntes intelectuais européias: o racismo. Temia-se que a população brasileira “escurecesse”, como se passou com Haiti ou Jamaica, considerando-se que o número de negros e mulatos era muito maior do que o de brancos. Para “maquiar” tais discriminações, alegava-se que o negro e o “pardo” nacionais eram indolentes, que não gostavam de trabalho ou, na melhor das hipóteses, que não eram preparados tecnicamente para determinados ofícios e/ou para utilizar certo tipo de maquinário.

Já a Europa, principalmente a Itália, também tinha interesses em “enviar” a mão de obra excedente para as Américas – Argentina, Estados Unidos, Brasil – pois o país vivia enormes problemas sociais e econômicos: miséria, desemprego, organizações mafiosas, maior mecanização na indústria, levando milhares de pessoas a perderem seus empregos, concentração fundiária no campo, o que fez com que grandes lavras fossem viver nos cortiços de Nápoles, Roma, Milão, a superpopulação e problemas naturais: secas extremas no Sul, enchentes no Norte, erupções vulcânicas.

Assim que terminou a Unificação Italiana, em 1871, o país entrou em um gigantesco processo emigratório. De modo bem generalizante, os italianos do Norte e das zonas rurais foram encaminhados às colônias agrícolas do sul do Brasil implantadas pelo Império brasileiro, enquanto que os do Centro, Sul e grandes cidades italianas iam incrementar as massas operárias de centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, etc. Paralelamente, eram encaminhados também para as lavouras de café, na substituição da mão de obra escrava. Uma outra modalidade de utilização dos trabalhadores italianos poderia ser aventada, a que veio ajudar na construção da cidade de Belo Horizonte, isto é, majoritariamente não estavam vinculados nem à agricultura nem à indústria, mas à construção civil: pedreiros, carpinteiros, arquitetos, construtores, pintores, escultores, etc.

O Espírito Santo foi um caso híbrido, já que houve imigração dos três tipos: para as lavouras de café (e também de cacau), para pequenas colônias agrícolas e para a capital Vitória, como mão de obra assalariada. A então província de Minas Gerais era a mais populosa do Brasil, assim, teria população suficiente para ser alocada nas novas atividades que surgiam, contudo, o preconceito racial aliado às novas e mais complexas técnicas de trabalho fizeram com que os governantes decidissem por importar a mão de obra. Além disso, cabe destacar que muitos ex-escravos foram sumariamente expulsos das propriedades rurais pelos ex-donos, sendo esse fenômeno uma das origens das mais antigas favelas de metrópoles como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

A partir de 1894, pouco depois da Proclamação da República, o Estado estabelece grandes contratos para a vinda de imigrantes. Não obstante os imigrantes aqui chegados fossem direcionados, principalmente, à lavoura de café ou às indústrias de Juiz de Fora, alguns núcleos agrícolas familiares, aos moldes do sul do país, foram criados: Rodrigo Silva, próximo a Barbacena; Maria Custódia, nas cercanias de Sabará; Barreiros, em região que viria a ser subúrbio da nova Capital; e outra colônia perto de São João Del Rey. O exemplo do que aconteceu com a colônia do Barreiro é sintomático do que aqui se denuncia: nenhum

resquício, além dos descendentes, sobrenomes (família Gatti, por exemplo) e alguns registros nos arquivos oficiais, restou. À medida que o Barreiro foi se tornando bairro de Belo Horizonte, os antigos casebres e vilas foram sendo demolidos, a fazenda sede desapareceu – virou loteamento –, ou seja, não sobraram resquícios visíveis de que um dia a cidade de Belo Horizonte também possuía uma colônia aos moldes sulistas. É esse mesmo risco que a arquitetura civil comum, dos “pobres e anônimos”, corre na área central de Belo Horizonte e nos bairros adjacentes: Floresta, Carlos Prates, Santa Tereza, Santa Efigênia, Padre Eustáquio, etc.

Segundo as estatísticas oficiais, – é importante frisar esse aspecto porque certamente os números reais foram bem maiores¹ – entraram em Minas Gerais 61.260 imigrantes entre 1894 e 1897, sendo que 50 mil eram italianos. Em geral as famílias possuíam de 3 a 7 membros. Houve pequeno predomínio de homens e de solteiros e, diferentemente do sul do país, onde havia grande quantidade de analfabetos e miseráveis, em Minas foi comum a vinda de membros da classe média e de profissionais liberais, como é o caso dos arquitetos, artesãos e artistas plásticos que auxiliaram no surgimento de Belo Horizonte. Assim, além da contribuição nos esportes – a criação do Palestra Itália, atual Cruzeiro Esporte Clube –, na linguagem cotidiana – *ciao*, cantina –, na alimentação – pizzas e massas em geral, mormente a “macarronada” de domingo –, os italianos legaram importantes elementos na construção civil de Belo Horizonte que, infelizmente, estão rapidamente desaparecendo por razões de mercado – a atroz especulação imobiliária justamente nos limites e adjacências da Avenida do Contorno, e também por outro motivo, em geral não percebido: o descaso da municipalidade e dos órgãos estaduais para com a arquitetura eclética e “comum”, isto é, as casas simples, não os palacetes onde viveram ex-presidentes ou figuras “consideradas” importantes.

Um Estudo de Caso: O Desaparecimento das Construções de Luiz Olivieri

A fim de sustentar os argumentos anteriormente explanados, alguns até contundentes, o artigo traz a seguinte comparação: averiguar quais edificações projetadas e/ou

¹ Tomando como exemplo os imigrantes ilegais nigerianos e bolivianos em São Paulo, só para citar um exemplo, que entram aos magotes sem que as autoridades ‘os vejam’, com todos os recursos de informática, internet, polícia internacional, controles alfandegários e, ademais, são indesejados pela população, pois são discriminados por serem negros e de origem indígena, respectivamente, imaginemos o quanto maior número de europeus ilegais entrou no país, considerando a visão preconceituosa das autoridades brasileiras daquele período – iriam ‘branquear’ e melhorar o país – e o fato de que o controle era feito única e exclusivamente usando-se uma caneta-tinteiro e um livro de registro nos portos.

construídas por Luiz Olivieri continuam de pé em Belo Horizonte, comparação essa que explicita exatamente o argumento central do trabalho: seja porque não há interesse em conceder isenção de impostos prediais em demasia (em termos bem generalistas, pode-se dizer que a Gerência de Patrimônio realiza um trabalho quase quixotesco, pois muitas vezes tem que, literalmente, enfrentar outras instâncias municipais para conseguir um tombamento aqui outro acolá), seja porque nossos cursos de engenharia, arquitetura e belas artes não levam seus profissionais a fruir a beleza do pequeno, do comum, do simples nem do eclético, muitas vezes em busca do “monumental” e do purismo estilístico, sem perceber que isso é praticamente impossível no Brasil, o que dizer em Minas Gerais.

Olivieri nasceu em 1869, em Florença, Itália. Ao chegar a Minas Gerais, integrou a Comissão Construtora da Nova Capital. Em 1897 criou o primeiro escritório particular de arquitetura e desenho da Capital e o “erro” que cometeu, para que grande parte de suas obras hoje não mais exista, foi ter elaborado diversos projetos para particulares, para muitos imigrantes, alguns abastados, mas que não pertenciam à elite política nem às famílias tradicionais (se é que podemos dizer que numa cidade de 5, 10 anos havia família tradicional...); portanto, a maioria de seus palacetes foi considerada sem importância e deu lugar a estacionamentos ou edifícios residenciais sem nenhum atrativo estético. Ademais, seus trabalhos já não eram mais barrocos/coloniais, e a “moda” do modernismo ainda não havia chegado a Belo Horizonte, portanto, esse foi outro fator de desvalorização de seus trabalhos. Conforme o Dicionário Biográfico de Construtores e Artistas de Belo Horizonte, estas foram as obras mais significativas desse imigrante:

Construções Institucionais/Oficiais

<i>Denominação</i>	<i>Localização</i>	<i>Situação</i>
1- Indústria de Bebidas Antártica (1910)	Av. Oiapoque, 76	Existente
2- Banco Hipotecário e Agrícola – atual PSIU (1922)	Pça. Sete de Setembro, s/n	Existente
3- Palacete Dantas – Secretaria de Estado de Cultura (1915)	Pça. da Liberdade, s/n	Existente
4- Escadaria da Igreja Santa Efigênia (1903)	R. Álvares Maciel	Existente
5- Estação Central de Belo Horizonte (1922)	Pça. Rui Barbosa, s/n	Existente

Porcentagem do que ainda existe dele: 100%

Edificações Particulares/Comuns

<i>Denominação</i>	<i>Localização</i>	<i>Situação</i>
1- Residência (1920)	Av. Getúlio Vargas, 1238	
2- Residência Augusto da Silva (1897)	Av. João Pinheiro, 164	

3- Residência (1905)	R. Aimorés, 1123	
4- Residência (1906)	R. Aimorés, 1155	
5- Residência Domingos Rigotto (1898)	R. Aimorés, 647	
6- Residência Leandro da Silva Perdigão (1915)	R. Davi Campista, 160	
7- Residência (1909)	R. Espírito Santo, 1507	
8- Residência (1914)	R. Rio Grande do Norte, 587	
9- Residência Lafaiete Brandão (1923)	R. Sapucaí, 127	
10- Residência (1898)	R. Timbiras, 1228	
11- Residência assobradada, atual NET (1904)	R. Timbiras, 1605	Existente
12- Residência Eugênio Thibau – Palacete Guanabara (1911)	Av. Afonso Pena esq. R. Espírito Santo	Demolida
13- Residência Francisco Pimentel (1911)	Av. Afonso Pena, 1050	Demolida
14- Residência João Alves do Vale (1911)	Av. Brasil, 64	Demolida
15- Residência Gonçalves das Neves (1897)	Av. João Pinheiro esq. R. Timbiras	Demolida
16- Residência José Tricoli (1897)	Av. João Pinheiro, 214	Demolida
17- Residência João Gonçalves da Costa (1921)	Av. Oiapoque, 242	Demolida
18- Residência (1912)	Av. Paraná, 207	Demolida
19- Residência (1925)	Av. Paraná, 214	Demolida
20- Residência João Gualberto de Souza (1928)	R. Alagoas, 730	Demolida
21- Residência Inácio Burlamaqui (1902)	R. Bahia, 1491	Demolida
22- Residência José Benjamin (1901)	R. Caetés, 604	Demolida
23- Residência João Batista Viana (1928)	R. Carijós esq. R. Espírito Santo	Demolida
24- Residência (1923)	R. Espírito Santo, 980	Demolida
25- Residência (1916)	R. Goiás, 36	Demolida
26- Residência José Januário da Silveira (1907)	R. Guaicurus esq. R. Espírito Santo	Demolida
27- Residência Pelicano Frade (1902)	R. Paraíba, 976	Demolida
28- Residência José Oliveira Costa (1907)	R. Pernambuco, 1078	Demolida

Porcentagem do que ainda existe dele: 39,3%

De acordo com esse Estudo de Caso, nota-se que todos os imóveis institucionais, em geral monumentais, de grande porte, erguidos pelo célebre artista, encontram-se “vivos” até a presente data e mais, em muito bom estado de conservação. Por outro lado, grande parte das edificações privadas, seja de brasileiros ou de outros imigrantes, mesmo que tenham sido de pessoas de posses, desapareceu. Por conseguinte, um diminuto estudo quantitativo como esse corrobora o argumento aqui defendido: existe uma desatenção – proposital e/ou involuntária – para com a arquitetura civil “comum” de Belo Horizonte, o que levará essa capital a ter, em pouco tempo, somente “artefatos” monumentais espalhados e esporádicos, um Instituto de Educação aqui, uma Basílica de Lourdes acolá; tal postura está fazendo desaparecer a memória social construída dessa cidade sob os auspícios de grande parte dos órgãos públicos e das autoridades de gestão cultural.

Considerações Finais

Assim sendo, é sintomático do sistemático descaso da influência italiana na cidade de Belo Horizonte que quase ninguém saiba que a atual Escola de Saúde São Rafael tenha sido a Hospedaria de Imigrantes de Belo Horizonte (Av. Augusto de Lima esq. Av. Barbacena) e que Belo Horizonte, entre as grandes cidades brasileiras, incluindo-se as do Nordeste, onde a imigração italiana foi bem mais modesta, não tenha uma *Casa d' Itália* nem uma *Beneficenza di Mutuo Soccorso* instaladas em edificação com arquitetura característica, feitas mesmo por imigrantes, como acontece com o já citado Rio de Janeiro e Salvador, por exemplo². Para quem não sabe, nossa beneficência italiana ficava à R. Tamóios quase esquina com R. São Paulo, construída em admirável estilo art-decô. Atualmente no local encontra-se um dos muitos “barracões” que proliferam na área central, utilizado por uma loja popular de cosméticos³. Em síntese, os principais motivos para que a arquitetura civil de Belo Horizonte venha sendo, desde longa data, derrocada, seriam:

- A sistemática “animosidade” dos órgãos municipais, exceto a Gerência de Patrimônio, em conceder muitas isenções tarifárias justamente nas regiões onde os loteamentos são mais valorizados, a área circundada pela Avenida do Contorno. Posto que tal arquitetura pertence a particulares, há uma resistência, indireta, por parte da Secretaria da Regulação Urbana, nas demandas de tombamento postas pela Gerência de Patrimônio; portanto, o que realmente “vai sobrando” são colégios, hospitais, igrejas e instituições públicas, edificações que *a priori* já são isentas de impostos – como já foi dito, a arquitetura grandiosa, monumental e das elites.
- O preconceito inconsciente, inclusive da Gerência de Patrimônio, para com edificações situadas às margens do Centro, na “cidade baixa” de Belo Horizonte⁴. Para

² Além desse exemplo, Salvador possui um belíssimo e bem preservado Hospital Espanhol, na Barra, construído pela comunidade imigrante desse país numa típica arquitetura hispânica.

³ Quando digo ‘barracão’ não é por preconceito, principalmente contra aqueles que não têm outra opção de moradia, e vivem em barracões por falta de recursos financeiros para construir uma vivenda digna. O tom irônico aqui postado é devido ao fato de que grandes redes de estacionamento, lojas populares, entre outros tipos de comércio, poderiam ser demandadas, pela Secretaria de Regulação Urbana, por exemplo, a adequarem suas construções ao ambiente central em que se encontram, já que, comodamente, demolem o que lá existe, em geral uma casa ou sobrado, e erguem um ‘barraco’ improvisado, de tijolo em bloco, sem reboco e telha de amianto. É impressionante a ausência de qualquer exigência estética, normativa ou de alinhamento, considerando o lugar onde estão, Hipercentro, por parte da Prefeitura.

⁴ Para não dizer que o texto é injusto, dois exemplos disso: a Igreja Ortodoxa São Jorge, erguida pela comunidade libanesa na Av. Olegário Maciel nas imediações da Estação Rodoviária, isto é, na ‘cidade baixa’, assim como o Hotel Brilhante, que na verdade uma zona de prostituição, tendo sido construído em estilo art-decô por Romeo di Paoli (possui, desativado, um elevador de treliças, típico dos anos 1930), eram desconhecidos

quem não conhece essa cidade, o eixo da Av. Afonso Pena é, do ponto de vista do relevo, a parte alta da capital, e as regiões vizinhas ao Ribeirão Arrudas, que “cerca” boa parte da área central, são as “várzeas”. Entretanto, curiosamente, essa diferenciação tem forte consonância no âmbito simbólico, pois a Av. Afonso Pena segue para o “alto”, para a Serra do Curral (xodó dos belorizontinos), enquanto que a zona de baixo meretrício e de comércio popular e/ou de atacado “desce” para as imediações da Rodoviária e do Ribeirão Arrudas que, com o passar do tempo, foi se tornando o “esgoto” da área central, tanto em termos simbólicos (culturais e inconscientes) quanto concretos (advindo do descaso para com o meio-ambiente).

- A força econômica e, conseqüentemente, política das grandes construtoras que são extremamente resistentes a adotar modalidades já consagradas em países como Espanha, Estados Unidos, entre outros, ou seja, a preservar a fachada ou mesmo o corpo da casa como saguão, *hall*, *living* de entrada do edifício, e erguer o prédio nos fundos ou mesmo sobre a “casca” da edificação antiga. Em conversas informais com arquitetos de duas das maiores construtoras mineiras, concluí que existem dois motivos para isso, que serão resumidos numa linguagem bem comum para fins de compreensão e para não estender ainda mais o artigo: 1- é mais fácil “passar o trator geral” e construir a base do edifício a partir do zero do que ficar elaborando “complexos” projetos de restauração, revitalização, reutilização da “casa velha”. Este é o segundo motivo para que as construtoras apaguem tudo que ali existia antes: 2- a maioria dos compradores acha que “estão morando em casa velha”, confundem o antigo com o arcaico se algo remanescente permanecer na nova construção. Assim, segundo me explicaram vários arquitetos de diferentes construtoras, a própria população de Belo Horizonte rejeita o antigo. Psicologicamente, e já mencionei essa característica em trabalho anterior (Freitas, 2007), o povo de Belo Horizonte em geral é “complexado” em relação ao antigo⁵; tal mentalidade começou a ser elaborada desde

desse órgão, mesmo estando nos limites da Avenida do Contorno, pelo simples fato de estarem nas periferias, nas marginais, em duplo sentido, do Centro. O referido órgão, que na época pertencia à Secretaria Municipal de Regulação Urbana, só tomou conhecimento da existência deles a partir de encaminhamento de pedido de tombamento por parte do autor do presente trabalho. Afortunadamente, tal Gerência passou aos auspícios da Fundação Municipal de Cultura recentemente.

⁵Tanto essa análise é plausível e não é injusta em relação ao povo de Belo Horizonte que se um turista do Amapá descer na Rodoviária e disser que quer ver ‘construções históricas’, não vai ser mandado à Praça da Liberdade, ou à Lagoa da Pampulha, mas sim para Ouro Preto, Mariana, etc. As pessoas em geral, e aí não só os belorizontinos, não têm a noção de que o que aconteceu ontem já faz parte da História. Nesse caso, a mídia, ao ressaltar somente o aspecto ‘caipira’, interiorano e provinciano de Minas, presta um grande desserviço, visto que Minas não é só isso, não que exista problema em viver numa ‘roça grande’, o que é nocivo é a identidade de um povo ficar aprisionada, cerceada numa só visão estereotipada, que seja negado a um lugar ou povo mostrar sua

os tempos de construção da Capital, quando a Comissão Construtora se esforçou sistematicamente em apagar qualquer resquício do Brasil Colonial e/ou Imperial que houvesse na região onde iria ser construída; buscava-se, ao máximo, que Belo Horizonte não tivesse nada a ver com Ouro Preto. Infelizmente, sua identidade, desde os primórdios, foi sendo talhada assim, como cidade “moderna”.

Em suma, o desinteresse e desrespeito para com a arquitetura privada de Luiz Olivieri, um dos mais conhecidos e importantes artistas que atuaram nos primórdios de Belo Horizonte, sinaliza para uma situação ainda mais grave: se seu repertório não institucional – que existiu dentro da Avenida do Contorno – foi derruído dessa maneira, o que dizer então daquela arquitetura também não-institucional *ex Contorno*, feita por “pedreiros” e artistas desconhecidos, analfabetos e comuns.

Referências

FREITAS, Marcel de Almeida. A Influência Italiana na Arquitetura de Belo Horizonte. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 14, n. 15. dez/2007. p. 137-163.

diversidade. Isso é visível nas novelas globais: nunca uma teve como cenário a Belo Horizonte atual, a única que se passou aqui foi a minissérie *Hilda Furacão*, mesmo assim o fato de ter sido uma estória dos anos 1950 fez com que Belo Horizonte não conseguisse sair do clichê de ‘cidade do interior’.